



EDUCAÇÃO

Projeto discutido há mais de 10 anos deve ter nova versão apresentada até agosto; entidades e parlamentares alertam para riscos de centralização e falta de representatividade regional na tomada de decisões sobre a educação no país

Foto: Tony Oliveira/Agência Brasília



Mudança prevê a criação de conselho tripartite formado pela Undime, Consed e MEC; tema será debatido em audiência nesta quinta

SNE em fase decisiva

» EDUARDA ESPOSITO

O Sistema Nacional de Educação (SNE), debatido no Congresso Nacional por mais de 10 anos, está próximo de ser aprovado. Após passar pelo Senado em 2019, o projeto está atualmente sob relatoria do deputado Rafael Brito (MDB-AL), presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), e pode finalmente entrar em vigor. O tema será debatido em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira.

O novo modelo propõe a criação de um conselho tripartite — algo semelhante ao conselho do Sistema Único de Saúde (SUS) — para tomada de decisões sobre a educação no Brasil. O colegiado será formado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pelo Ministério da Educação (MEC).

O sistema começou a ser discutido em 2015, quando a Comissão de Educação da Câmara realizou as primeiras audiências públicas sobre o tema. No entanto, apesar da urgência, o projeto não foi pautado pelo antigo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Foi somente com a chegada

de seu sucessor, Hugo Motta (Republicanos-PB), que a iniciativa ganhou novo impulso, com a designação do presidente da FPME para dar continuidade ao trabalho.

“O SNE é um sistema que trabalha diretamente ligado a esse planejamento que o Plano Nacional da Educação (PNE) trará e nós colocaremos ele na prioridade. O deputado Rafael Brito, será o relator aqui na Casa e terá que trabalhar de maneira paralela ao trabalho da Comissão Especial do PNE, para que, com isso, essas duas matérias, que serão importantes para a educação brasileira, possam ser votadas aqui no plenário da Câmara no prazo mais curto possível”, afirmou Motta durante coletiva no início de maio.

Pontos de atenção

Apesar da atenção de Motta ao projeto, entidades ligadas à educação e parlamentares demonstram certa preocupação com a relatoria que está prestes a ser apresentada. Uma delas é a organização da sociedade civil De Olho no Material Escolar.

De acordo com a presidente da entidade, Leticia Jacintho, centralizar ações em poucos membros seria ruim devido ao tamanho do Brasil. “Centralizar decisões sem que haja uma participação regional

mais significativa, colocará a educação do país sob risco. O Brasil tem 5.570 municípios, cada um com sua realidade. Agora pense que 15 pessoas serão responsáveis por representar todas essas cidades em uma decisão importante. Como garantir que todas essas vozes diferentes sejam ouvidas de verdade?”, destacou.

Além disso, a entidade também está preocupada com a ingerência sobre a gestão privada da educação, já que o SNE também contempla escolas e faculdades particulares. “O setor privado caminha mais rapidamente que o setor público no processo de educação de nossas crianças e jovens. Da forma como foi proposto, o Sistema Nacional de Educação nivelará por baixo o desempenho escolar”, ponderou Jacintho.

Além de organizações, há também parlamentares preocupados com o texto do SNE, entre eles, a deputada Adriana Ventura (Novo-SP), membro da Comissão de Educação. “A criação de um sistema pode ser positiva, desde que tenha como foco uma articulação eficiente e transparente entre os entes federativos, respeitando a autonomia de cada um. Hoje, vejo riscos reais de engessamento, sobreposição de competências e criação de estruturas pesadas e ineficazes. O SNE não pode se

tornar mais um órgão burocrático que dificulta a inovação e a gestão local da educação”, defendeu Ventura.

Um dos pontos criticados pela parlamentar é a vinculação das decisões às comissões Tripartite e Bipartites. “Isso compromete a clareza institucional e pode gerar conflitos federativos. Eu defendo uma governança técnica, que valorize a articulação, mas preserve a autoridade do MEC como órgão formulador de políticas públicas educacionais”, declarou.

A deputada apresentou diversos requerimentos a fim de que o relator da matéria realizasse audiências públicas para debater o tema antes de levar o SNE a votos, mas na visão da parlamentar, o texto atual precisa passar por uma revisão. “Acredito que o conceito de cooperação federativa é importante e necessário, mas o texto atual precisa de revisão profunda.”

Ventura disse não ser contra o SNE, mas sim, ao modelo que “centraliza decisões centraliza decisões, ignora a diversidade dos sistemas de ensino e cria estruturas pesadas sem foco claro em resultados”. “O que não podemos é aprovar um texto apressadamente, sem diálogo qualificado, e correr o risco de agravar os problemas da educação brasileira em vez de solucioná-los”, ressaltou.

Prioridade

Assim como o PNE, o SNE tem sido uma das prioridades trabalhadas pela bancada da educação e pela FPME na Câmara. O presidente da frente e relator do sistema, Rafael Brito (MDB-AL), contou que o relatório ainda não está pronto e que faltam ainda a realização de um seminário — que ainda está sem data — e uma audiência pública que ocorre na manhã desta quinta. A primeira audiência sobre o SNE foi realizada em 10 de junho e faz parte do plano de trabalho do relator.

“Vamos fazer a segunda audiência pública agora e depois um seminário que é mais amplo. Mas o relatório não está pronto ainda não. Peguei muita coisa de um texto da deputada Socorro Neri (PP-AC), já me reuni com o MEC por duas oportunidades, a gente vai se reunir de novo também nesta semana e que tem ajudado também na construção do texto”, explicou Britto.

“É um assunto que muita gente já participou, já disse o que era bom, o que era ruim. O texto que foi votado no Senado foi muito criticado do ponto de vista negativo, então, a gente sabe mais ou menos o que tem de acerto e de erro. A ideia é fazer um relatório novo, apresentar um substitutivo, para que possamos votar isso, talvez, até o final de agosto”, emendou.

Nas escolas de São Paulo, apostilas cheias de erros

» ROSANA HESSEL

A Educação é um dos calcanhares de Aquiles do Brasil, e o problema começa na sala de aula. Em São Paulo, por exemplo, a maior cidade do país, as apostilas didáticas utilizadas no ensino fundamental da rede estadual possuem erros primários identificados pelos próprios alunos.

É o caso da Eduarda Silva, 9 anos, moradora da Zona Sul da capital, que descobriu erros na apostila de geografia, com as fotos de biomas trocados. No lugar dos Pampas, uma foto de uma araucária e, no lugar da araucária, a foto dos Pampas. No lugar de uma foto que deveria ser da divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aparecia a Rodovia dos Imigrantes, em São Paulo. (Veja a foto)

“Eu fui estudar e comecei a olhar as fotos, achei muito confuso. Aí eu pesquisei e descobri que estava tudo errado, mas a professora só faz a gente copiar o texto”, disse a estudante, ao **Correio**. Ao constatar o erro, Eduarda contou que mostrou a apostila para a professora, mas ela não tomou providência alguma.

Procurada, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) de São Paulo informou que instaurou uma investigação preliminar para apurar a responsabilidade pelas inconformidades identificadas no material didático comunicadas pelo **Correio**, que deverá ser substituído no ano que vem. “O outro material pedagógico que foi ministrado

pelos professores em sala de aula está correto e em conformidade com o Currículo Paulista. Com relação ao conteúdo impresso, já foi enviada uma errata com as devidas correções às escolas e respectivas orientações”, destacou a nota do órgão.

A rede de ensino fundamental de São Paulo é composta por 1,8 milhão de alunos, de acordo com a Seduc. O órgão informou ainda que os materiais didáticos impressos são próprios, “baseados no Currículo Paulista, além de conteúdos digitais, personalizáveis e não obrigatórios, respeitando a autonomia docente”.

Erros constantes

De acordo com a especialista em políticas educacionais Claudia Costin, erros em materiais didáticos são comuns, de forma geral. “Como acompanho muito o setor e editoras, erros em livros didáticos acontecem, e muito”, contou. “Uma vez, houve uma sabotagem na Seduc, mas dessa vez não”, acrescentou.

No caso das apostilas em formato de livro, como as utilizadas na rede estadual paulista, a especialista considerou também um erro comum, e destacou que a secretaria não recolhe porque “a operação acaba ficando cara”. “Eles mandam uma errata para ser impressa em cada escola”, explicou.

No âmbito federal, os livros e outros materiais didáticos adquiridos e distribuídos

às escolas públicas de educação básica são submetidos por meio de edital, à avaliação pedagógica realizada pelo Ministério da Educação, “mediante sua inscrição no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)”, segundo a assessoria do MEC.

“Por meio do PNLD, são avaliadas e disponibilizadas obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público”, informou a nota.

Segundo a pasta, a distribuição, pelo FNDE, de obras didáticas ou literárias às escolas, “é precedida de edital específico e aprovação em avaliação pedagógica, coordenada pelo Ministério da Educação”. Contudo, o órgão não comentou sobre os erros nos materiais didáticos.

Lanterna global

E, com isso, o Brasil segue na lanterna global quando o assunto é Educação. Conforme dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), divulgado anualmente pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE). No ano passado, o país ficou na

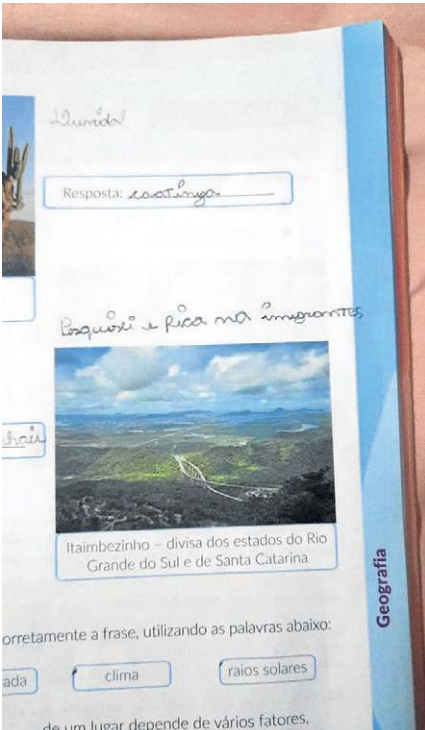
44ª posição entre 57 economias analisadas sobre criatividade e pensamento crítico, com 10 pontos abaixo da média da OCDE e o reflexo dessa falta de qualidade começa no material escolar.

Um levantamento recente da organização não governamental (ONG) Todos pela Educação mostra um dado preocupante sobre aprendizagem nas escolas pós-pandemia entre alunos do ensino fundamental. Segundo o estudo, entre 2003 e 2023, houve um avanço consistente ao longo das últimas décadas, tanto em língua portuguesa quanto em matemática. Desde 2021, segundo o estudo, houve queda nos níveis de aprendizagem adequada, com maior redução em Matemática.

Considerando o nível adequado de aprendizagem para o 5º ano do ensino fundamental, 13 estados apresentaram variação positiva em língua portuguesa — São Paulo registrou a segunda maior queda, de 6,4 pontos percentuais em relação a 2019, atrás apenas de Mato Grosso do Sul (-7,4%). Enquanto isso, o Distrito Federal registrou queda de 3,9%, na mesma base de comparação. Em matemática, apenas sete registraram avanços — Piauí (+1,5%), Paraíba (+1,8%), Maranhão (+4,2%), Sergipe (+1,9%), Amapá (+3,2%), e Pará (+0,7%).

Entre os estados com aprendizagem adequada, São Paulo não lidera o ranking elaborado pela ONG. “Por ser o estado mais rico, São Paulo deveria estar entre os primeiros, mas há muita desigualdade

Arquivo pessoal



No lugar da divisa dos estados do RS e SC, aparece a Rodovia dos Imigrantes

social no estado e há muito ainda o que melhorar em termos de educação”, destacou Claudia Costin. Ela lembrou que a cidade de São Paulo, a mais rica do Brasil, ainda mas tem um desempenho nos anos iniciais pior do que os alunos da rede estadual, de acordo com os dados do último Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (Saeb).